

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JUSTIÇA ADMINISTRATIVA  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**



Trabalho apresentado como requisito parcial para o encerramento da disciplina “Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado”, ministrada pelo professor DR. ALUÍSIO GOMES DA SILVA JUNIOR (Coordenador), PPGJA-UFF

**Niterói,**

**2016**

**DISCIPLINA:** Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado  
**PROFESSOR:** DR. ALUÍSIO GOMES DA SILVA JUNIOR (Coordenador), PPGJA-UFF

## **A ATUAÇÃO DA POLÍCIA DURANTE A REVOLTA DA VACINA NO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX:**

### **Da chegada da família Real ao fim da monarquia**

Bruno Leonardo de Araujo Santana<sup>1</sup>

**Sumário:** 1. Introdução 2. Cenário social no fim do século XIX. 3. A transição da monarquia para república. 4. A situação da saúde e vida pública no Rio de Janeiro. 5. A Revolução do povo. 6. Considerações Finais. 7. Referências.

**Resumo:** O artigo descreve as transformações ocorridas no Rio de Janeiro entre o século XIX e início do século XX, descreve a trajetória política, a realidade social e as características da população hostil que habitava na Cidade Velha. Todavia apresenta hábitos e costumes da época e o comportamento social, que muitas vezes se chocava com o conceito de ordem pública, não muito bem esclarecido a época mas claramente exposto no código penal de 1891 e na declaração de Estado de sítio em 1903, ainda sim imperavam no regime republicano, a influência da aristocracia rural, o poder do coronelismo e a exclusão das camadas populares do processo eleitoral. A Revolta da Vacina não foi apenas uma recalcitrância popular, mas um movimento que evidenciava o clamor popular.

**Palavras-chave:** Revolta da Vacina. Cortiço. Cabeça-de-porco. Polícia Militar. Varíola. bestializados.

---

<sup>1</sup> Graduado pela Academia Militar Dom João VI, Especialista em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública pela faculdade de Antropologia da UFF, Oficial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e Mestrando em Justiça Administrativa pela faculdade de Direito da UFF.

**DISCIPLINA:** Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado  
**PROFESSOR:** DR. ALUÍSIO GOMES DA SILVA JUNIOR (Coordenador), PPGJA-UFF

## 1. Introdução

A família Real portuguesa veio para o Brasil fugindo das invasões napoleônicas, ao chegarem no porto do Rio de Janeiro se depararam com uma realidade jamais vista em Portugal. Um lugar hostil, insalubre impróprio para as estalagens de aproximadamente 15 mil pessoas que vinham de Portugal junto com a família real.

O número de escravos no Rio em meados do século XIX era tão grande que se temia uma revolução escrava como a acontecida no Haiti.

Autores como Thomas H. Holloway, Aloísio de Azevedo, José Murilo de Carvalho e outros ilustram o texto de forma a transparecer a segunda metade do século XIX e a primeira década do século XX na sua forma política, social, cultural e principalmente sanitária. Esta última se relaciona a todas as outras de forma dependente para sua eficácia.

Quanto aos dados estatísticos, é surpreendente a demanda da população masculina à época, em detrimento da população feminina, trazendo o autor ao texto, a obra de Aloísio de Azevedo, “O cortiço”, onde Pombinha, menina pura e simples que, não resistindo às pressões do meio, acaba por se prostituir.

Todavia o texto ainda traz dados de aumento do efetivo da Polícia Militar no final do século XIX e a importância da polícia no papel da transição monárquica para republicana.

E traz o lado oposto a esse pensamento onde Carvalho (1987) diz que não houve uma transição mas sim uma continuação das mesmas classes dominantes no poder, afastando as camadas populares de todo o processo eleitoral, a partir da proibição do voto para os analfabetos, numa população onde a maior parte da população estava fora desse enquadramento exigido para exercer o sufrágio que deveria ser universal.

Ainda sim o texto traz um grande número de mortes por incidência de doenças infectocontagiosas, e demonstra com o governo tratou de cessar essa reincidência de óbitos.

De certa forma a saúde pública acabou virando caso de polícia, quando se instituiu a vacinação obrigatória e a coercitiva.

**DISCIPLINA:** Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado  
**PROFESSOR:** DR. ALUÍSIO GOMES DA SILVA JUNIOR (Coordenador), PPGJA-UFF

## 2. Cenário social no fim do século XIX

D. João VI criou no Rio de Janeiro a Guarda Real de Polícia em 13 de maio de 1809, dia do seu aniversário, esta seria a antecessora das polícias militares do Brasil, inspirada na Guarda Real da Polícia de Lisboa.

Para entendermos a polícia do século XX é importante visualizar o Brasil do fim do século XIX, segundo HOLLOWAY (1997, p. 40 e 41) a população de 1849 cresceu de 228.743 para 429.745 pessoas em 1870. O perfil dessa população se constituía em escravos, brasileiros livres, estrangeiros vindos principalmente de Portugal, Espanha e Itália.

“O crescimento proporcional semelhante ocorrido entre 1872 e 1890 reflete não apenas a expansão das atividades administrativas, mas a incipiente industrialização do Rio de Janeiro, que no final do século abrigava um número consideravelmente maior de manufaturas do que São Paulo ou outra cidade do Brasil” (HOLLOWAY, 1997, p. 38)

Quanto a divisão de sexo, segundo HOLLOWAY (1997, p.40), de meados do século até 1872 a população masculina constituía 59% da população. Em 1849, de uma população de 78.855 escravos, 52.341 (66%) tinham nascido na África. Destes, 66% eram homens (34.362 em comparação com 17.938). Na mesma época viviam no Rio 36.320 europeus dos quais 80% eram do sexo masculino (28.936 em comparação com 7.384)<sup>2</sup>.

Era exatamente este tipo de população que habitava o Rio no fim do século XIX, em fluxo predominantemente masculina e forasteira e cujo *status* favorecia o ressentimento com a ordem social ou o pouquíssimo interesse pela sua preservação, de que se podia esperar o comportamento que as autoridades policiais julgavam perturbador, perigoso ou ameaçador, segundo HOLLOWAY (1997, p.41).

---

<sup>2</sup> Esses dados demográficos são de um relatório manuscrito sobre os resultados do censo de 1849, descoberto durante uma pesquisa realizada para o livro “Polícia no Rio de Janeiro, Repressão e resistência numa cidade do século XIX” em uma coleção de manuscritos não-catalogados no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. A localização é GIF1 5B 447, mas os documentos relativos ao censo foram guardados separadamente no Arquivo para publicação posterior. Os dados resumidos tirados de versões anteriormente publicadas do censo estão em Karasch. *Slave life*, p. 66.

**DISCIPLINA:** Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado  
**PROFESSOR:** DR. ALUÍSIO GOMES DA SILVA JUNIOR (Coordenador), PPGJA-UFF

O melhor exemplo do cotidiano brasileiro no fim do século XIX é romance naturalista “O cortiço<sup>3</sup>”, de Aluísio Azevedo, publicado em 1890. Uma ampla galeria de tipos humanos desfila pelas páginas do romance: lavadeiras, operários, prostitutas, mascates, todos representantes de uma população marginal, que vive num ambiente degradado e corruptor. Na verdade, o cortiço parece adquirir vida própria, determinando o comportamento dos que ali moram, como é o caso, por exemplo, de Pombinha, menina pura e simples que, não resistindo às pressões do meio, acaba por se prostituir, ou ainda de Jerônimo, aldeão português que, vindo morar no cortiço com a mulher, Piedade, e a filha, é arrebatado por uma paixão sensual por Rita Baiana, abandonando a família e a vida regrada que até então levava.

---

<sup>3</sup> Cortiço é a denominação dada, no Brasil e em Portugal, a uma casa cujos cômodos são alugados, servindo cada um deles como habitação para uma família. As instalações sanitárias são comuns. Geralmente ocupados por famílias de baixa renda, os cortiços são chamados tecnicamente de "habitações coletivas precárias de aluguel" (HCPA), muito comum no Rio de Janeiro no fim do século XIX e início do XX.

**DISCIPLINA:** Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado  
**PROFESSOR:** DR. ALUÍSIO GOMES DA SILVA JUNIOR (Coordenador), PPGJA-UFF

### **3. A transição da monarquia para república**

Com o cenário hostil que se apresentava no Rio, a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, criada após a chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro, tinha um grande trabalho para controlar a poluição e proteger os direitos da corte portuguesa.

Em 1889, de acordo com Leal, Pereira e Muntel Filho (2010), ano do golpe militar que colocou fim à monarquia, a Polícia Militar havia conseguido ampliar seu efetivo para 1.539 homens. Durante a madrugada, sob o comando do Coronel Antônio Germano de Andrade Pinto, o Corpo Militar da Corte se posicionou no Quartel General do Exército. No porão do Quartel de Mataporcos, o Visconde de Ouro Preto, presidente do conselho de Ministros, procurou proteção da Cavalaria e o Barão de Ladário, o único ferido no episódio da proclamação da República, recebeu escolta da Cavalaria da Polícia Militar. Contudo, muitos componentes da Força Policial da Corte encamparam o movimento pela queda da Monarquia e deram apoio ao Exército estacionado no Campo de Santana. Decretada a vitória da República, no dia seguinte, a família imperial se retiraria para o exílio, que pôs fim a mais de sessenta anos de regime monárquico.

José Murilo de Carvalho fala em sua obra *Os bestializados: Rio de Janeiro e a República que não foi* sobre a transição da monarquia para república sem a participação popular, com isso ele lança a concepção de um povo “bestializado”, surge quando, após a conquista da República, por falta de uma organização política pela sociedade, o poder é dado a gente envolvida com o liberalismo imperial. Com isso Carvalho (1987), nos leva a entender que não houve uma transição, mais sim uma continuidade do sistema político opressor existente.

Com a constituição de 1891 não dando obrigatoriedade, ao estado, em fornecer educação ao povo, e, o direito de voto só ser dado àqueles não analfabetos, a grande maioria da população é excluída da participação na comunidade política. Como é a primeira vez que o povo vê um modelo de república, há um descontentamento generalizado, inclusive desejando-se o retorno ao próprio modelo monarca, devido à simpatia a D. Pedro II e a princesa Isabel.

**DISCIPLINA:** Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado  
**PROFESSOR:** DR. ALUÍSIO GOMES DA SILVA JUNIOR (Coordenador), PPGJA-UFF

Então, essa falta de intervenção do povo, quanto ao processo de consolidação da República, faz com que estudiosos os chamem de “bestializados”. E assim são tratados até a Revolta da Vacina, em que eclodiu um sentimento tão esperado pela defesa da honra e de seus direitos.

#### **4. A situação da saúde e vida pública no Rio de Janeiro**

Segundo, VICENTINO e DORIGO (2008), o governo de Rodrigues Alves, entre 1902 e 1906, com edifícios construídos no melhor estilo eclético europeu, então na moda, apresentava belíssimas e rebuscadas faixadas, que ajudavam na tentativa de fazer do Rio de Janeiro uma moderna Paris tropical à beira-mar.

“No entanto, vastos contingentes de populares foram sumariamente expulsos de suas habitações para dar passagem ao “progresso”. Derrubaram-se os cortiços, ergueram-se belos edifícios, construindo-se um cenário para as elites e, simultaneamente, excluindo o povo, principal vítima das medidas de combate à inflação iniciada por Joaquim Murinho anos antes, mas ainda em vigor. Por tudo isso, a tensão social no Rio de Janeiro era explosiva” (VICENTINO e DORIGO, 2008, p. 429).

As ruas eram em sua maioria tão estreitas que mal comportavam duas carruagens, o que não chegava a ser um inconveniente porque o grosso do tráfego era de pedestres e cargas, que iam de barris de água a sacos de café, eram transportados pela cidade sobre a cabeça de escravos ... o reboiço normal das ruas no Rio de Janeiro, “estreitas, muito sujas e recendendo odores abomináveis”, parecia uma caótica violação da ordem e da tranquilidade. O constante vaivém de indivíduos ou grupos de escravos transportando mercadorias ou água, “a tagarelice incessante da população, o estrondo das carruagens nas pedras irregulares da pavimentação, o horrível rangido dos eixos dos carros de bois, os latidos dos cães presente em todos os lugares, o toque dos sinos das igrejas e as frequentes explosões de fogos de artifício” tornavam o baralho durante o dia “pior do que o das partes mais movimentadas e populosas de Londres” (HOLLOWAY, 1997, p. 37)

Segundo HOLLOWAY (1997, p.37) pela contagem da polícia por volta de 1875, cerca de 33 mil pessoas, mais de 10% da população do Centro (RJ), viviam em cortiços e muitos mais nas casas de cômodos conhecidas como cabeças-de-porco<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Cabeça-de-porco por lembrar o labirinto de cavidades que fica à mostra depois que ferve a cabeça do porco para a obtenção de gelatina.

**DISCIPLINA:** Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado  
**PROFESSOR:** DR. ALUÍSIO GOMES DA SILVA JUNIOR (Coordenador), PPGJA-UFF

Somado à esse cenário caótico do Rio de Janeiro a primeira tentativa efetiva para mudar o *status quo* sanitário e péssima imagem internacional da capital federal e do Brasil foi uma ampla reforma urbana inspirada nas reformas de Haussmann em Paris. Essas reformas foram acompanhadas por grandes campanhas sanitárias contra a febre amarela, a varíola e a peste bubônica durante a presidência de Rodrigues Alves (1903-1906). Estas foram lideradas pelo médico Oswaldo Cruz, diretor da saúde pública entre 1903 e 1909, e que desde 1902 dirigia o Instituto Soroterápico Federal, criado em 1900 (renomeado Instituto Oswaldo Cruz em 1907) para produzir soros e vacinas. Na gestão de Cruz, o Instituto se transformaria em um importante centro de produção de soros e vacinas e de pesquisa nos campos da medicina tropical e da microbiologia. (HOCHMAN, 2011).

No relatório da Inspeção Geral de Higiene Pública - transferida da República, para a esfera municipal - , de janeiro de 1891 a maio de 1892, superando as epidemias anteriores, a febre amarela abriu um claro de 4.454 mortos em 1891, sobretudo nas freguesias centrais, onde era maior o número de habitações coletivas, conceito que abrangia, sobretudo, cortiços, estalagens e casas de cômodos, mas às vezes também quartéis, prisões, pensionatos, manicômios, hospitais etc. A varíola vitimou 3.944 habitantes. A malária foi responsável por 2.235 óbitos. A tuberculose, “não menos terrível e quase inacessível a uma profilaxia rigorosa”, ceifara 2.202 vidas em 1890 e 2.373 no ano seguinte.

Em 1904, a capital federal registrara quase sete mil casos de varíola. Dado que o combate à varíola dependia da vacina, Oswaldo Cruz apresentou ao Congresso Nacional um projeto de lei reinstaurando a obrigatoriedade da vacinação e a revacinação em todo o país até então nunca cumpridas. A nova lei continha cláusulas rigorosas que incluíam multas aos refratários e a exigência de atestado de vacinação para matrículas nas escolas, acesso a empregos públicos, casamentos e viagens, além de possibilitar os serviços sanitários adentrar residências para vacinar seus. (BENCHIMOL, 2003, p. 245).

**DISCIPLINA:** Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado  
**PROFESSOR:** DR. ALUÍSIO GOMES DA SILVA JUNIOR (Coordenador), PPGJA-UFF

## 5. A Revolução do povo

O Rio de Janeiro que emergiu dos escombros da Cidade Velha e de conflagração social que ardeu em meio a eles, a chamada Revolta da Vacina, era diferente. Não como imaginaram os apologistas da reforma, pois a política “racional”, que se propôs a corrigir os erros de sua gestação “espontânea”, engendrou novas contradições e agravou muitas das que já existiam, segundo, Delgado e Ferreira (2003, p. 234).

No entanto muitas famílias foram expulsas compulsoriamente de suas moradias, tendo seus pertences queimados como roupas e utensílios pessoais, sem receberem nem um tipo de indenização por parte do governo para recomeçarem suas vidas.

O prefeito Francisco Pereira Passos que cumpriu mandato de dezembro de 1902 à novembro de 1906, verberando o estado de sítio na cidade e a ditadura do prefeito, desalojou milhares de pessoas de habitações e removeu mais de mil estabelecimentos comerciais, demolindo ao todo cerca de 2 mil prédios, promovendo ao mesmo tempo mil outras obras de ordens diversas, tendentes ao saneamento e embelezamento de uma cidade extensíssima, que contava em seu seio cerca de 1 milhão de habitantes<sup>5</sup>.

Como se tudo isso não bastasse para suprir o desejo das elites brasileira que queriam fazer do Rio de Janeiro, uma Paris inspirada na *Belle époque* francesa, surge a lei de vacinação obrigatória. Numa época de crescente ceticismo quanto aos remédios para a febre amarela e à viabilidade do saneamento do Rio de Janeiro.

O Congresso aprova, a duras penas, novas leis que conferem ao Estado os mecanismos jurídicos e os recursos financeiros para a obra de destruição e reconstrução planejada. A mais importante foi a lei de novembro de 1903, que modificou a base de cálculo das desapropriações e autorizou o executivo municipal a vender, em leilão público, ou permutar as sobras de terrenos desapropriados. Pôde, assim, repassar o solo valorizado a novos adquirentes, abrindo campo a firmas de arquitetura e construção que nele materializassem nos

---

<sup>5</sup> Discurso proferido por Aureliano Portugal a 24 de fevereiro de 1906 no jardim da Praça da Glória por ocasião de se inaugurar a fonte artística oferecida à cidade do Rio de Janeiro pelos industriais portugueses Srs. Adriano Ramos Pinto (irmãos). Rio de Janeiro, Typ. da Gazeta de Notícias.

**DISCIPLINA:** Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado  
**PROFESSOR:** DR. ALUÍSIO GOMES DA SILVA JUNIOR (Coordenador), PPGJA-UFF

valores declarados para a cobrança do imposto predial, em geral subestimado pelos proprietários para lesar o fisco. Exclui, também, os prédios “ruinosos” do patamar mínimo de indenização, o que deu ampla margem ao prefeito para enquadrar construções coloniais ocupadas por oficinas, armazéns, cortiços etc.

A campanha de vacinação obrigatória é colocada em prática em novembro de 1904. Embora seu objetivo fosse positivo, ela foi aplicada de forma autoritária e violenta. Em alguns casos, os agentes sanitários invadiam as casas e vacinavam as pessoas à força, provocando revolta. Essa recusa em ser vacinado acontecia, pois grande parte da população não conhecia o que era uma vacina e tinham medo de seus efeitos.

A resistência popular, quase um golpe militar, teve o apoio de positivistas e dos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha. Os acontecimentos, que tiveram início no dia 10 de novembro de 1904, com uma manifestação estudantil, cresceram consideravelmente no dia 12, quando a passeata de manifestantes dirigia-se ao Palácio do Catete, sede do Governo Federal. A população estava alarmada. No domingo, dia 13, o centro do Rio de Janeiro transforma-se em campo de batalha: era a rejeição popular à vacina contra a varíola que ficou conhecida como a Revolta da Vacina, mas que foi muito além do que isto.

**DISCIPLINA:** Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado  
**PROFESSOR:** DR. ALUÍSIO GOMES DA SILVA JUNIOR (Coordenador), PPGJA-UFF



[https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolta\\_da\\_Vacina](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolta_da_Vacina)

Bonde virado na Praça da República pela população da cidade do Rio de Janeiro (então capital do Brasil) durante os distúrbios causados pela Revolta da Vacina em novembro de 1904.

Para erradicar a varíola, o sanitarista Oswaldo Cruz convenceu o Congresso a aprovar a Lei da Vacina Obrigatória (31 de outubro de 1904), que permitia que brigadas sanitárias, acompanhadas por policiais, entrassem nas casas para aplicar a vacina à força.

A população estava confusa e descontente. A cidade parecia em ruínas, muitos perdiam suas casas e outros tantos tiveram seus lares invadidos pelos mata-mosquitos, que agiam acompanhados por policiais. Jornais da oposição criticavam a ação do governo e falavam de supostos perigos causados pela vacina. Além disso, o boato de que a vacina teria de ser aplicada nas "partes íntimas" do corpo (as mulheres teriam que se despirm diante dos vacinadores) agravou a ira da população, que se rebelou.

A aprovação da Lei da Vacina foi o estopim da revolta: no dia 5 de novembro, a oposição criava a Liga contra a Vacina Obrigatória. Entre os dias 10 e 16 de novembro, a

**DISCIPLINA:** Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado  
**PROFESSOR:** DR. ALUÍSIO GOMES DA SILVA JUNIOR (Coordenador), PPGJA-UFF

cidade virou um campo de guerra. A população exaltada depredou lojas, virou e incendiou bondes, fez barricadas, arrancou trilhos, quebrou postes e atacou as forças da polícia com pedras, paus e pedaços de ferro. No dia 14, os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha também se sublevaram contra as medidas baixadas pelo Governo Federal.

A reação popular levou o governo a suspender a obrigatoriedade da vacina e a declarar Estado de sítio (16 de novembro). A rebelião foi contida, deixando 30 mortos e 110 feridos. Centenas de pessoas foram presas e, muitas delas, enviadas para o Acre. Ao reassumir o controle da situação, o processo de vacinação foi reiniciado, tendo a varíola, em pouco tempo, sido erradicada da capital.

**DISCIPLINA:** Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado  
**PROFESSOR:** DR. ALUÍSIO GOMES DA SILVA JUNIOR (Coordenador), PPGJA-UFF

## **6. Considerações Finais.**

O prezado artigo buscou reconstruir o cenário existente da chegada da família real no Rio de Janeiro, até a Revolta da Vacina de 1904, nesse cenário estiveram presentes diversos atores sociais, como: a Polícia, os brasileiros livres, os escravos, os estrangeiros e a corte portuguesa.

Desde de então o convívio social se tornou caótico tendo em vista o crescimento populacional de meados do século XIX até início do século XX. As epidemias deixaram um lastro de milhares de mortos no país, os esforços do governo para reduzir o avanço das doenças se confundia com a arbitrariedade que desalojava o pobre do seu único espaço de moradia.

Opressão do governo contra a classe trabalhadora que vivia da informalidade, era cruel e excludente, algo que levou ao primeiro processo de favelização no Rio de Janeiro.

A Favela da Providência, atrás da Central do Brasil, foi inicialmente constituída por moradores vindos de habitações conhecidas como cabeça-de-porco e negros livres, ex-combatentes da Guerra do Paraguai.

A reforma urbana foi de fundamental importância para Cidade do Rio de Janeiro, porém a arbitrariedade e o terror que ela desenvolveu foi desnecessária para processo de interação social, deixando clara a segregação de classes sociais que lutam por causas diferentes.

Entre tudo isso fica a Polícia Militar que tem a missão de manter o controle de uma população de forasteiros e descompromissados com os cumprimentos das leis que não são claras e mesmo se fossem a maior parte não iria ler pois não eram alfabetizados.

**DISCIPLINA:** Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado  
**PROFESSOR:** DR. ALUÍSIO GOMES DA SILVA JUNIOR (Coordenador), PPGJA-UFF

## 7. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aluísio. O cortiço. Brasil: B. L. Garnier, 1890. 354 p.

BENCHIMOL, Jaime (Comp.). Reforma Urbana e a Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 76 p. (O Brasil Republicano - O tempo do liberalismo excludente - da proclamação da república à revolução de 1930). Organizado por: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado.

CARVALHO, José Murilo de. OS BESTIALIZADOS: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia da Letras, 1987. 216 p.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas Polícias do Rio de Janeiro e Nova York. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HANSEN, Gilvan Luiz. **Conhecimento, verdade e sustentabilidade: perspectivas ético-morais em cenários contemporâneos.** Disciplina de mestrado. 1-5 abr. 2013. 19 f. Notas de aula. Impresso.

HOCHMAN, Gilberto (Org.). Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil: A varíola e sua erradicação no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 375-386, fev. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232011000200002>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232011000200002&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000200002&lang=pt)>. Acesso em: 17 nov. 2016.

HOLLOWAY, Thomas H. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Tradução de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

**DISCIPLINA:** Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado  
**PROFESSOR:** DR. ALUÍSIO GOMES DA SILVA JUNIOR (Coordenador), PPGJA-UFF

LEAL, Ana Beatriz; PEREIRA, Ibis Silva; MUNTEAL FILHO, Oswaldo (Ed.). **200 Anos:** Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Puc -rio, 2010. 211 p. Tradução de: Fernanda Shnoor.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História para Ensino Médio:** História Geral e do Brasil. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2008. 632 p. (Parâmetros).